SUMÁRIO

Prefácio — *Paulo Bonavides* 15

Introdução 23

CAPÍTULO I — A **Constituição e a Jurisdição Constitucional** 27

1. A Constituição 27
   1.1. A pré-compreensão da Constituição 27
   1.2. A Constituição no Estado Democrático de Direito 28
   1.3. Os modelos de Constituição 33
   1.4. Concepção normativa da Constituição 34
   1.5. Princípio da supremacia constitucional 36
   1.6. Os direitos fundamentais na Constituição 40
      1.6.1. Direitos fundamentais de defesa e direitos fundamentais de prestação: Conceito 43
         1.6.1.1. Direitos de prestação: princípio do não-retrocesso 44
      1.6.2. Relação entre os direitos fundamentais e a presença ou abstenção do Estado 46
      1.6.3. A unidade e a interdependência dos direitos fundamentais 48
   1.7. O princípio constitucional da separação dos poderes 52
      1.7.1. A separação dos poderes: redimensionamento da tripartição dos poderes 53
      1.7.2. A separação dos poderes em *Aristóteles* 53
      1.7.3. A separação dos poderes em *John Locke* 54
      1.7.4. A separação dos poderes em *Montesquieu* 55
      1.7.5. A separação dos poderes em *Alexis de Tocqueville* 57
      1.7.6. A separação dos poderes em *Hans Kelsen* 59
      1.7.7. A separação dos poderes nos dias atuais 61
         1.7.7.1. A separação dos poderes: existência de dois poderes constituintes originários 64
2. A jurisdição constitucional 66
   2.1. Conceito de justiça constitucional 67
   2.2. Conceito de jurisdição constitucional 69

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

2.3. Sistemas de jurisdição constitucional 71
2.3.1. Sistema difuso de jurisdição constitucional 74
2.3.1.1. Estados Unidos da América 74
2.3.2. Sistema concentrado de jurisdição constitucional 76
2.3.2.1. Áustria 77
2.3.2.2. Alemanha 78
2.3.2.3. Itália 80
2.3.3. Sistema misto de jurisdição constitucional 82
2.3.3.1. Portugal 82
2.3.3.2. Venezuela 83
2.3.3.3. Peru 84
2.3.3.4. Brasil 85
2.3.3.4.1. Considerações históricas sobre a jurisdição constitucional no Brasil 85
a. Constituição de 1891 86
b. Constituição de 1934 88
c. Constituição de 1937 89
d. Constituição de 1946 90
e. Emenda Constitucional n. 16/65 90
f. Constituição de 1967 91
g. Constituição de 1988 91
2.3.4. A jurisdição constitucional exercida pelo Supremo Tribunal Federal 92

CAPÍTULO II — Funções da Jurisdição Constitucional exercidas pelo Supremo Tribunal Federal como Tribunal Constitucional 97
1. Considerações iniciais 97
2. A mudança da função jurisdicional constitucional: a criação do Tribunal Constitucional 98
2.1. As teorias unitária e pluralista dos Tribunais Constitucionais 99
3. Os tipos de funções na jurisdição constitucional 101
3.1. A função de controle de constitucionalidade 102
3.1.1. Conceito e pressupostos do controle de constitucionalidade 102
3.1.2. Os sistemas de controle de constitucionalidade 103
3.1.2.1. O controle político de constitucionalidade 104
3.1.2.2. O controle jurisdicional de constitucionalidade 105
3.1.2.2.1. Considerações históricas 105
a. Controle jurisdicional de constitucionalidade inglês . 105

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

b. Controle jurisdicional de constitucionalidade norte-americano 106
3.1.2.2.2. O controle difuso de constitucionalidade: via incidental 109
3.1.2.2.3. O controle concentrado: via direta 110
3.1.2.2.4. Controle de constitucionalidade efetivado pelo Supremo Tribunal Federal 111
a. Meios de acesso ao controle difuso de constitucionalidade 111
a.1. O recurso extraordinário 111
a.2. As ações constitucionais: controle difuso pelo Supremo Tribunal Federal, em sede de recurso extraordinário 113
a.3. As ações constitucionais: controle difuso pelo Supremo Tribunal Federal, em instância originária 115
a.3.1. Mandado de injunção 116
a.4. Os efeitos das decisões do Supremo Tribunal Federal no controle difuso. O art. 52, X, da Constituição Federal 121
b. Meios de acesso ao controle concentrado 122
b.1. A ação direta de inconstitucionalidade 123
b.1.1. Tipos de ação direta de inconstitucionalidade por conduta comissiva e/ou omissão relativa 123
b.1.2. Os efeitos da declaração de inconstitucionalidade 125
b.2. Ação direta de inconstitucionalidade por omissão 126
b.2.1. Tipos de ação direta de inconstitucionalidade por omissão: total e parcial 127
b.2.2. Conseqüência jurídica da inconstitucionalidade por omissão 128
b.3. Ação declaratória de constitucionalidade 129
b.3.1. Requisitos da ação declaratória de constitucionalidade 129
b.3.2. Os efeitos da declaração de constitucionalidade 130
b.4. Argüição de descumprimento de preceito fundamental 130
b.4.1. O preceito fundamental 132

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

3.2. A função interpretativa 134
3.2.1. A função interpretativa com efeito vinculante 136
3.2.1.1. Considerações históricas 136
3.2.1.2. O conceito de efeito vinculante 137
3.2.1.3. Súmula vinculante 141
3.3. A função normativa 142
3.3.1. Precedentes da função normativa exercida pelo Poder Judiciário .. 143
3.3.1.1. A função normativa dos tribunais por meio dos regimentos internos 145
a. A função normativa exercida pelo Supremo Tribunal Federal por meio de seu regimento interno 146
3.3.1.2. A função normativa exercida pelos tribunais eleitorais por meio de suas instruções e resoluções 148
a. Considerações iniciais 148
b. O caráter normativo das instruções e resoluções na jurisdição eleitoral 151
3.3.1.3. A função normativa exercida pelos tribunais e juízes do trabalho por meio de sentença 153
a. A função normativa na jurisdição do trabalho 153
b. A influência italiana no modelo de função normativa trabalhista 157
c. A sentença normativa na jurisdição do trabalho 159
c.1. As características e os efeitos da sentença normativa trabalhista 160
3.3.2. A função normativa na jurisdição constitucional 164
3.3.2.1. A função normativa do Supremo Tribunal Federal como legislador positivo: crítica à concepção de legislador negativo de *Kelsen* 168
3.3.2.2. O papel do juiz constitucional como legislador positivo na sistemática nacional 172
4. A legitimidade democrática do Supremo Tribunal Federal como legislador positivo 174
4.1. Da defesa dos direitos fundamentais 174
4.2. Da existência de um segundo poder constituinte originário 178
4.3. Do redimensionamento dos poderes em funções estatais 180

CAPÍTULO III — A Sentença Normativa na Jurisdição Constitucional e o Supremo Tribunal Federal 182

1. A sentença normativa na jurisdição constitucional: conceito 182
2. Sentença normativa no direito comparado 185

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

2.1. Relevância do direito comparado 185
2.2. Sentença normativa na Itália 185
2.2.1. As fases das sentenças no Tribunal Constitucional italiano 188
2.2.2. A tipologia das sentenças normativas no Tribunal Constitucional 190
2.2.2.1. Sentença aditiva 191
2.2.2.2. Sentença aditiva de princípio 192
2.2.2.3. Sentença substitutiva 193
2.2.2.4. Sentença monitória 195
2.2.2.5. Observações pertinentes 196
2.3. Sentença normativa na Venezuela 197
2.4. Sentença normativa no Peru 199
3. Os requisitos da sentença normativa 202
3.1. Omissão ou edição de lei ou ato normativo que contrarie a Constituição 203
3.1.1. A omissão de lei ou ato normativo contrário à Constituição 203
3.1.1.1. Omissão absoluta ou total, parcial e relativa 205
3.1.2. A edição de lei ou ato normativo contrário à Constituição 209
3.1.2.1. Modulação dos efeitos na declaração de inconstitucionalidade 209
3.1.2.2. Interpretação conforme a Constituição 211
a. A interpretação conforme a Constituição propriamente dita e a interpretação conforme a Constituição teleológica 213
3.1.2.3. A declaração parcial de inconstitucionalidade sem redução de texto, por meio de interpretação conforme a Constituição com redução teleológica 218
3.2. Observância da realidade histórica e do resultado possível 219
3.2.1. A realidade histórica 220
3.2.2. O resultado possível: disponibilidade de recursos 221
3.2.3. Alcance da observância da realidade histórica e do resultado possível como condição para a prolação de sentença normativa 226
4. Característica da sentença normativa 231
4.1. Norma geral e abstrata 231
5. O fundamento da sentença normativa 238
5.1. O princípio da efetividade 238
5.2. A teoria dos poderes implícitos 239
6. A natureza definitiva da sentença e a não-vinculação do legislador 241
7. As sentenças normativas no Supremo Tribunal Federal 242
7.1. Casos de sentenças normativas proferidas pelo Supremo Tribunal Federal 243

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

7.1.1. Mandado de injunção coletivo com efeito *erga omnes* 244
7.1.1.1. Mandado de Injunção n. 712 246
7.1.2. Modulação dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade... 252
7.1.2.1. Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 3.022 253
7.1.2.2. Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 3.615 255
7.1.2.3. Modulação dos efeitos reconhecida no controle difuso de constitucionalidade. Supremo Tribunal Federal como legislador positivo. Não-configuração de sentença normativa 256
7.1.3. A interpretação conforme a Constituição com redução teleológica da declaração de inconstitucionalidade e de constitucionalidade 259
7.1.3.1. Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 3.395 261
7.1.3.2. Argüição de Descumprimento de Preceito Fundamental n. 54 264
7.1.3.3. Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 3.854 268
7.1.4. Declaração parcial de inconstitucionalidade sem redução de texto, por meio de interpretação conforme a Constituição com redução teleológica 270
7.1.4.1. Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 1.946 270
7.1.4.2. Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 2.652 271

Conclusões 273

Referências Bibliográficas 277

Referências Jurisprudenciais 289

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br